

29º Encontro Nacional da CNOD

Viseu, 26/10/2024

Intervenção de Idalina Charraz

Os Direitos das Mulheres com Deficiência

As mulheres com deficiência enfrentam inúmeros desafios e desigualdades em relação aos seus direitos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, mulheres com deficiência são mais propensas a sofrer violência física, emocional, económica e sexual; discriminação e exclusão do que as que não têm qualquer deficiência. Muitas vezes, estas violências são exacerbadas por estigmas que relacionam a deficiência à vulnerabilidade, levando à marginalização e à negação de direitos básicos.

Os direitos das mulheres com deficiência ocupam um espaço crucial nas discussões sobre igualdade de género e inclusão social. Historicamente, este grupo tem enfrentado uma dupla discriminação: por ser mulher e por ter uma deficiência. Esta particularidade torna imperativo que as políticas públicas e a sociedade em geral considerem as dificuldades enfrentadas por estas mulheres, dando particular atenção aos desafios que elas enfrentam e as conquistas necessárias para garantir sua plena cidadania. A Revolução de Abril, ao promover a liberdade e a democratização, abriu espaço para o reconhecimento e a luta pelos direitos das minorias, incluindo as pessoas com deficiência. Nos anos seguintes ao 25 de Abril, surgiram iniciativas e movimentos sociais que visavam a inclusão e a igualdade de oportunidades. No entanto, os desafios permanecem.

A acessibilidade é um aspeto central na luta pelos direitos das mulheres com deficiência. A falta de ambientes acessíveis pode limitar o acesso à educação, ao mercado de trabalho e a serviços essenciais, como a saúde. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006, é um marco que garante que as pessoas com deficiência, incluindo mulheres, possam usufruir de todos os direitos e liberdades fundamentais. No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda é uma realidade distante em muitos países, onde as barreiras arquitetónicas e a falta de políticas inclusivas persistem.

Além das questões de acessibilidade, é essencial abordar as especificidades da saúde das mulheres com deficiência. Muitas vezes, os seus cuidados de saúde não são adequados às suas necessidades únicas. Isso reflete-se numa maior dificuldade de acesso a serviços de saúde reprodutiva, incluindo cuidados pré-natais e contraceção, que são críticos para a autonomia feminina. É necessária uma abordagem que reconheça e respeite as necessidades particulares destas mulheres, fundamental para garantir a sua saúde e bem-estar.

Por outro lado, o direito à maternidade para mulheres com deficiência deve ser defendido e promovido, assegurando que elas tenham as condições necessárias para viver essa experiência de maneira plena e digna. É necessário um esforço conjunto da sociedade, do Estado e das comunidades para assegurar que esses direitos sejam respeitados e garantidos.

Outro fator relevante é a representação das mulheres com deficiência nas tomadas de decisão. A falta de voz e de protagonismo nas esferas políticas e sociais perpetua a invisibilidade destes grupos. Para que suas necessidades sejam efetivamente atendidas, é imprescindível que as mulheres com deficiência sejam integradas nos processos de elaboração de políticas, garantindo que suas experiências e perspetivas sejam consideradas.

A Associação Portuguesa de Deficientes considera que os direitos das mulheres com deficiência são uma questão de justiça social e equidade. Para que possamos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, é vital que sejam eliminadas as barreiras que as impedem de exercer sua cidadania plena. Isso inclui promover a acessibilidade, garantir cuidados de saúde adequados e proporcionar uma participação efetiva nas decisões que afetem suas vidas.

É fundamental que sejam garantidos os seus direitos às mesmas oportunidades de educação, trabalho, saúde e participação na sociedade. Além disso, políticas públicas inclusivas e acessíveis devem ser implementadas para promover a igualdade de género e a inclusão das mulheres com deficiência, para que sejam reconhecidas não apenas como beneficiárias de políticas de inclusão, mas como protagonistas das suas próprias histórias. É urgente que a sociedade reconheça e respeite a diversidade de todas as mulheres, incluindo aquelas com deficiência, garantindo que



tenham voz e vez em todos os espaços. Somente assim poderemos avançar rumo a um futuro mais igualitário, onde cada mulher, independentemente da sua condição, possa viver com dignidade e respeito. Juntas, podemos construir um mundo mais inclusivo e igualitário para todas.